No. 44056

Argentina
and
Brazil

Agreement on cooperation between the Governments of the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic on the control of the transit of aircraft allegedly involved in international illicit activities. Buenos Aires, 9 December 2002

Entry into force: *25 July 2006 by notification, in accordance with article 7*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 9 July 2007*

Argentine
et
Brésil

Accord de coopération entre les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République argentine pour contrôler le trafic d'aéronefs suspects de se livrer à des activités illicites internationales. Buenos Aires, 9 décembre 2002

Entrée en vigueur : *25 juillet 2006 par notification, conformément à l'article 7*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Argentine, 9 juillet 2007*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA E O GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA O COMBATE AO TRÁFEGO DE AERONAVES SUPOSTAMENTE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES ILÍCITAS INTERNACIONAIS

O Governo da República Argentina e O Governo da República Federativa do Brasil, doravante denominados "Partes",

Considerando os múltiplos laços de cooperação e integração bilateral resultantes da sólida amizade entre ambos os países;

Convencidos de que a cooperação em matéria de Defesa é indispensável para garantir a segurança mútua nos tempos atuais;

Concordando que o estabelecimento de sistemas efetivos de cooperação, comunicação e coordenação entre as Forças Armadas de ambos os países contribui para essa segurança;

Reconhecendo que a cooperação no controle do tráfego aéreo constitui uma área essencial para garantir á Defesa e a Segurança bilateral;

Considerando que a eficácia do controle de tráfego aéreo, no espaço aéreo da fronteira comum, depende da coordenação efetiva de ações entre ambos os países;

Convencidos de que o tráfego de aeronaves irregulares, supostamente envolvidas com atividades ilícitas transnacionais, constitui um problema que afeta as comunidades de ambos os países;

Reconhecendo que o enfrentamento deste problema deve operar-se por meio de atividades assentidas e harmônicas; e

Interessados em desenvolver a colaboração mútua neste sentido,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As Partes comprometem-se a envidar esforços conjuntos para coibir o tráfego de aeronaves irregulares que realizem vôos transnacionais, adentrando ou evoluindo nos respectivos espaços aéreos nacionais, abrangendo as seguintes atividades:

a) Implementação de um sistema que possibilite o intercâmbio de informações relevantes para aumentar a eficácia e ampliar o escopo da cooperação bilateral, visando o objetivo deste Acordo;

b) treinamento técnico ou operacional especializado;

c) intercâmbio de recursos humanos para serem empregados em programas específicos na área acima mencionada;

d) assistência técnica mútua; e

e) exercícios e operações.

2. Os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos decorrentes deste Acordo serão, quando for pertinente, e em cada caso, definidos pelas Partes por intermédio de Ajustes Complementares.

ARTIGO 2

De acordo com as respectivas legislações internas, as Partes tomarão as medidas cabíveis para:

a) controlar o tráfego de aeronaves irregulares transnacionais evoluindo nos respectivos espaços aéreos fronteiriços; e

b) intensificar o intercâmbio de informações e experiências relacionadas com o combate a aeronaves irregulares transnacionais.

ARTIGO 3

As Forças Aéreas das Partes estabelecerão programas de trabalho, aprovados pelos respectivos Ministros da Defesa, cobrindo períodos de dois anos, com vistas a implementar o presente Acordo. Esses programas de trabalho contemplarão objetivos, metas mensuráveis específicas e um cronograma para execução de atividades, quando for o caso.

ARTIGO 4

Os Governos da República Argentina e da República Federativa do Brasil designam como coordenadores de sua participação na execução do presente Acordo, o Estado-Maior Geral da Força Aérea Argentina e o Estado-Maior da Aeronáutica do Brasil, respectivamente.

ARTIGO 5

Com vistas a alcançar os objetivos do presente Acordo e a pedido de uma das Partes, representantes das Partes reunir-se-ão periodicamente para:

a) avaliar a eficácia dos programas de trabalho;

b) recomendar aos respectivos Governos programas anuais com objetivos específicos, a serem desenvolvidos no âmbito deste Acordo e a serem implementados mediante cooperação bilateral;

c) examinar questões relativas à execução do presente Acordo; e

d) apresentar aos seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo.

ARTIGO 6

Todas as atividades decorrentes do presente Acordo serão desenvolvidas em conformidade com as leis e regulamentos em vigor em cada uma das Partes.

ARTIGO 7

1. Cada uma das Partes notificará a outra do cumprimento das formalidades requeridas pela respectiva legislação interna para que o Acordo entre em vigor.

2. Este Acordo entra em vigor na data do recebimento da última dessas notificações.

3. O presente Acordo permanecerá em vigor pelo prazo de dois anos, renováveis automaticamente pelo mesmo período, a menos que uma das Partes o denuncie, por via diplomática.

4. A denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a data da respectiva notificação.

5. A denúncia do presente Acordo não afetará a validade de quaisquer programas estabelecidos anteriormente ao mesmo.

Feito em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002, em dois exemplares originais, nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos autênticos.

PELO GOVERNO DA REPUBLICA ARGENTINA

PELO GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO DE COOPERACIÓN ENTRE LOS GOBIERNOS DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y DE LA REPUBLICA ARGENTINA PARA EL CONTROL DEL TRÁNSITO DE AERONAVES PRESUNTAMENTE COMPROMETIDAS EN ACTIVIDADES ILÍCITAS INTERNACIONALES

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

el Gobierno de la República Argentina, en adelante denominados "Las partes",

Considerando los múltiples lazos de cooperación e integración bilateral resultantes de la sólida amistad entre ambos países.

Convencidos de que la cooperación en materia de Defensa es indispensable para garantizar la seguridad mutua en los tiempos actuales.

Coincidiendo en que el establecimiento de sistemas efectivos de cooperación, comunicación y coordinación entre las Fuerzas Armadas de ambos países contribuye a dicha seguridad.

Reconociendo que la cooperación en materia en el control del tránsito aéreo constituye un área esencial para garantizar la Defensa y la Seguridad bilateral.

Considerando que la eficacia del control del tránsito aéreo, en el espacio aéreo de la frontera común, depende de la coordinación efectiva de acciones entre ambos países.

Convencidos de que el tránsito de aeronaves supuestamente involucradas en actividades ilícitas transnacionales, constituye un problema que afecta a las comunidades de ambos países.

Reconociendo que el enfrentamiento de este problema debe operarse por medio de actividades autorizadas y armónicas.

Interesados en desarrollar la colaboración mutua en este sentido,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO 1

1. Las partes se comprometen en emplear esfuerzos conjuntos para desalentar el tránsito de aeronaves irregulares que realicen vuelos transnacionales, que se desplacen o realicen maniobras en los respectivos espacios aéreos nacionales, abarcando las siguientes actividades:

a) Implementación de un sistema que posibilite el intercambio de informaciones relevantes para aumentar la eficacia y ampliar el espectro de la cooperación bilateral, teniendo en vista el objetivo de este Acuerdo;

b) Entrenamiento técnico u operacional especializado;

c) Intercambio de recursos humanos para ser empleados en programas específicos en el área arriba indicada;

d) Asistencia técnica mutua; y

e) Ejercicios y operaciones.

2. Los recursos materiales, financieros y humanos necesarios para la ejecución de programas específicos resultantes de este Acuerdo serán, cuando sea pertinente, y en cada caso, definidos por las Partes, mediante anexos complementarios.

ARTICULO 2

De acuerdo con las respectivas legislaciones internas, las Partes tomarán las medidas correspondientes para:

a) Controlar el tránsito de aeronaves irregurales que sobrevuelen los respectivos espacios aéreos fronterizos.

b) Intensificar el intercambio de informaciones y experiencias relacionadas con el control de aeronaves involucradas en actividades ilícitas transnacionales.

ARTICULO 3

Las Fuerzas Aéreas de las Partes establecerán programas de trabajo, aprobados por los respectivos Ministros de Defensa, por períodos de dos años, con vistas a implementar el presente Acuerdo. Estos programas de trabajo contemplarán objetivos, metas mensurables específicas y un cronograma para la ejecución de actividades, cuando sea el caso.

ARTICULO 4

Los Gobiernos de la República Federativa de Brasil y de la República Argentina designarán por como coordinadores de su participación en la ejecución del presente Acuerdo, al Estado Mayor de Aeronautica de Brasil y al Estado Mayor General de la Fuerza Aérea Argentina, respectivamente.

ARTICULO 5

Con la intención de alcanzar los objetivos del presente Acuerdo y a solicitud de una de las Partes, representantes de las mismas se reunirán periódicamente para:

a) Evaluar la eficacia de los programas de trabajo;

b) Recomendar a los respectivos gobiernos los programas anuales con objetivos específicos a ser desarrollados en el ámbito de este Acuerdo e implementados mediante la cooperación bilateral;

c) Examinar cuestiones relativas al presente Acuerdo; y

d) Presentar a sus respectivos Gobiernos las recomendaciones que consideren pertinentes para la mejor ejecución del presente Acuerdo.

ARTICULO 6

Todas las actividades que se deriven del presente Acuerdo, serán desarrolladas en conformidad con las leyes y reglamentos en vigor en cada una de las Partes.

ARTICULO 7

1. Cada una de las Partes notificará a la otra acerca del cumplimiento de los requisitos exigidos por la respectiva legislación interna para que el Acuerdo entre en vigor.

2. Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de recibo de la última de dichas notificaciones.

3. El presente Acuerdo permanecerá en vigor por el plazo de dos años, renovables automáticamente por el mismo periodo, a no ser que una de las Partes lo denuncie, por vía diplomática.

4. La denuncia sufrirá efecto 90 (noventa) días después de la fecha de la respectiva notificación.

5. La denuncia del presente Acuerdo no afectará la validez de cualquiera de los programas establecidos con anterioridad a la misma.

Firmado en BUENOS AIRES, el día 9 de diciembre de 2002, en dos ejemplares originales en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ARGENTINA

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT ON COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENTS OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC ON THE CONTROL OF THE TRANSIT OF AIRCRAFT ALLEGEDLY INVOLVED IN INTERNATIONAL ILLICIT ACTIVITIES

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Considering the multiple ties of cooperation and bilateral integration resulting from the solid friendship between the two countries,

Convinced that cooperation in defence matters is indispensable to guarantee mutual security in the present times,

Agreeing that the establishment of effective systems of cooperation, communication and coordination between the armed forces of the two countries contributes to said security,

Recognising that cooperation in air traffic control constitutes an essential area for guaranteeing bilateral defence and security,

Considering that the efficiency of air traffic control in the air space of the common border depends on the effective coordination of actions between the two countries,

Convinced that the transit of aircraft allegedly involved in transnational illicit activities constitutes a problem that affects the communities of both countries,

Recognising that this problem must be confronted by means of authorised and harmonic activities,

Interested in developing mutual collaboration in this sense,

Agree the following:

Article 1

1. The Parties undertake to make joint efforts to discourage the transit of irregular aircraft carrying out transnational flights, which are travelling or manoeuvring in their respective national air space, including the following activities:

a) Implementation of a system that makes possible the exchange of relevant information to increase the effectiveness and broaden the spectrum of bilateral cooperation, taking into account the objective of this Agreement;

b) Specialised technical or operational training;

c) Exchange of human resources for use in specific programmes in the area indicated above;

d) Mutual technical assistance; and

e) Exercises and operations.

2. The material, financial and human resources necessary for the implementation of specific programmes under this Agreement shall, where appropriate, and in each case, be defined by the Parties in complementary annexes.

Article 2

In accordance with their respective domestic legislation, the Parties shall take the corresponding measures to:

a) Control the transit of irregular aircraft overflying their respective border air space;

b) Intensify the exchange of information and experience related to the control of aircraft involved in transnational illicit activities.

Article 3

The armed forces of the Parties shall establish work programmes, approved by the respective ministers of defence, for two-year periods, with a view to implementing this Agreement. These work programmes shall consider objectives, specific measurable goals and a schedule for the implementation of activities, as the case may be.

Article 4

The Governments of the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic shall designate the Air Force General Staff of Brazil and the General Staff of the Argentine Air Force, respectively, to coordinate their participation in the implementation of this Agreement.

Article 5

With a view to achieving the objectives of this Agreement and at the request of one of the Parties, representatives of the Parties shall meet periodically to:

a) Evaluate the effectiveness of the work programmes;

b) Recommend to their respective governments the annual programmes with specific goals to be developed within the scope of this Agreement and implemented through bilateral cooperation;

c) Examine questions with regard to this Agreement; and

d) Present to their Governments such recommendations as they may deem pertinent for a better implementation of this Agreement.

Article 6

All activities that derive from this Agreement shall be carried out in accordance with the laws and regulations in force in each of the Parties.

Article 7

1. Each of the Parties shall notify the other with regard to having complied with the formalities required by its respective domestic legislation for the Agreement to enter into force.

2. This Agreement shall enter into force on the date that the last such notification is received.

3. This Agreement shall remain in force for a period of two years, renewable automatically for an equal period, unless one of the Parties terminates it, through the diplomatic channel.

4. The termination shall take effect 90 (ninety) days after the date of the respective notification.

5. The termination of this Agreement shall not affect the validity of any of the programmes established prior to such termination.

Signed in Buenos Aires, on 9 December 2002, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

For the Government of the Argentine Republic:

HORACIO JAUNARENA

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LES GOUVERNEMENTS DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE POUR CONTRÔLER LE TRAFIC D'AÉRONEFS SUSPECTS DE SE LIVRER À DES ACTIVITÉS ILLICITES INTERNATIONALES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine, ci-après dénommés « les Parties »,

Considérant les multiples rapports de coopération et d'intégration bilatérale découlant de l'amitié solide existante entre les deux pays,

Convaincus que la coopération en matière de défense est indispensable pour garantir la sécurité mutuelle à l'époque actuelle,

Reconnaissant que la mise sur pied de systèmes effectifs de coopération, de communication et de coordination entre les forces armées des deux pays ne peut que contribuer à cette sécurité,

Conscients que la coopération en matière de contrôle du trafic aérien constitue un domaine essentiel pour garantir la défense et la sécurité bilatérale,

Considérant que l'efficacité du contrôle du trafic aérien dans l'espace aérien de la frontière commune dépend de la coordination effective des mesures adoptées par les deux pays,

Convaincu que le trafic d'aéronefs suspects de se livrer à des activités illicites transnationales constitue un problème qui touche les communautés des deux pays,

Reconnaissant que ce problème doit être abordé moyennant des activités autorisées et concertées,

Désireux de développer la coopération mutuelle en ce sens,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties s'engagent à déployer des efforts conjoints pour décourager le trafic d'aéronefs irréguliers effectuant des vols transnationaux, se déplaçant ou réalisant des manœuvres dans les espaces aériens nationaux respectifs, efforts qui devront comprendre les activités suivantes :

a) La mise en place d'un système permettant l'échange d'informations pertinentes pour accroître l'efficacité et élargir le spectre de la coopération bilatérale, à la lumière de l'objectif du présent Accord;

b) Un entraînement technique ou opérationnel spécialisé;

c) Un échange de ressources humaines destinées à participer à des programmes spécifiques dans le domaine mentionné plus haut;

d) Une assistance technique mutuelle; et

e) Des exercices et des manœuvres.

2. Les ressources matérielles, financières et humaines nécessaires à l'exécution des programmes spécifiques découlant du présent Accord seront, chaque fois que cela s'avère nécessaire et dans chaque cas, définis par les Parties dans des annexes complémentaires.

Article 2

Les Parties adopteront les mesures pertinentes, conformément aux législations internes respectives, dans le but de :

a) Contrôler le trafic d'aéronefs irréguliers survolant les espaces aériens frontaliers respectifs ;

b) Développer l'échange d'informations et d'expériences relatives au contrôle d'aéronefs impliqués dans des activités illicites transnationales.

Article 3

Les forces armées des Parties établiront des programmes de travail, approuvés par les ministres de la défense respectifs, pour des périodes de deux ans, pour mettre en œuvre le présent Accord. Ces programmes de travail devront comporter des objectifs, des cibles spécifiques mesurables ainsi qu'un calendrier pour la réalisation des activités, chaque fois que ce sera nécessaire.

Article 4

Pour coordonner leur participation à la mise en œuvre du présent Accord, les Gouvernements de la République fédérative du Brésil et de la République argentine désigneront, respectivement, l'État-major d'aéronautique du Brésil et l'État-major général de la force aérienne argentine.

Article 5

Pour veiller à la réalisation des objectifs du présent Accord et à la demande de l'une ou l'autre Partie, des représentants des deux Parties se réuniront périodiquement pour :

a) Évaluer l'efficacité des programmes de travail;

b) Recommander aux gouvernements respectifs les programmes annuels dotés d'objectifs spécifiques devant être mis en œuvre dans le cadre du présent Accord et par le biais de la coopération bilatérale;

c) Analyser des questions relatives au présent Accord; et

d) Présenter à leurs gouvernements respectifs les recommandations qu'ils jugeront utiles pour perfectionner la mise en œuvre du présent Accord.

Article 6

Toutes les activités découlant du présent Accord seront menées à bien conformément aux lois et aux règlements en vigueur dans chacune des Parties.

Article 7

1. Chacune des Parties notifiera l'autre Partie de l'accomplissement des procédures requises par sa législation intérieure pour l'entrée en vigueur du présent Accord.

2. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de la réception de la dernière notification en ce sens.

3. Le présent Accord restera en vigueur pendant une période de deux ans, renouvelable automatiquement à moins qu'il ne soit dénoncé par l'une des Parties par la voie diplomatique.

4. La dénonciation prendra effet 90 (quatre-vingt-dix) jours à partir de la date de la notification respective.

5. La dénonciation du présent Accord ne portera pas atteinte à la validité de chacun des programmes mis sur pied antérieurement.

Signé à Buenos Aires, le 9 décembre 2002, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

Pour le Gouvernement de la République argentine :

HORACIO JAUNARENA